



Decisão 01017/2021-1 - 2ª Câmara

Processo: 08090/2017-9

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

UG: IPACI - Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim

Relator: João Luiz Cotta Lovatti

Interessado: JOSE LOIOLA

ATOS SUJEITOS A REGISTRO – APOSENTADORIA – JOSÉ LOIOLA – REGISTRO – DETERMINAR – ARQUIVAR.

Cumpridos os requisitos legais e constitucionais para a concessão da aposentadoria, o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI:

Trata-se de apreciação da **Portaria nº 366/2017** (fl. 85 do evento 2), que concede APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE, com proventos proporcionais, ao(a) servidor(a) em epígrafe, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal.

Submetido ao Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal - NRP, este verificou, em Instrução Técnica Conclusiva 1787/2020-8, o cumprimento das condições para concessão e a regularidade no cálculo dos proventos e sugere o registro do ato (fls. 91/93, evento 2).

O douto Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 1145/2021-6, manifestou-se no mesmo sentido (Evento 6).

É o relatório.

O(A) interessado(a) ingressou no serviço público sob a égide do regime estatutário em 1º/2/2001 (fl. 8 do evento 2), ocupando quando da aposentadoria o cargo efetivo de VIGIA I B 02 I, do quadro permanente da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

Contava na data de sua aposentadoria com 69 anos de idade (fl. 4 do evento 2), e tempo de contribuição de 6.024 dias, ou seja, 16 anos, 6 meses e 4 dias. (fl. 40 do evento 2).

Na aferição do tempo de contribuição, verificou-se que o(a) interessado(a) cumpriu satisfatoriamente os interstícios de um mínimo de 10 (dez) anos no serviço público e 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo, em conformidade com as condições requeridas.

O Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP aferiu o cálculo dos proventos e verificou sua regularidade (fl. 79 do evento 2).

Pelo exposto, encampando as razões acima mencionadas, acompanhando o posicionamento da área técnica e do Ministério Público de Contas, PROPONHO VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de Decisão que submeto à sua consideração.

JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI

Relator

1. DECISÃO TC- 1017/2021-1:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

1.1. REGISTRAR a Portaria nº 366/2017 (fl. 85 do evento 2), que concede aposentadoria a JOSÉ LOIOLA, a partir de **31/7/2017**, com proventos fixados em **R\$ 937,00** (fl. 79 do evento 2).

1.2. DETERMINAR à unidade gestora no sentido de que promova a juntada no processo do(a) interessado(a) de cópia da decisão relativa ao registro desse ato, por parte deste Egrégio Tribunal de Contas.

1.3. ARQUIVAR os autos após o trânsito em julgado.

2. Unânime.

3. Data da sessão: 16/04/2021 - 17ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

4.2. Conselheiro Substituto: João Luiz Cotta Lovatti (relator).

5. Membro do Ministério Público de Contas: Luciano Vieira.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente